



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 262

A CONSTANTE DIALÉTICA ENTRE OS FENÔMENOS OBJETIVOS MATERIAIS E OS SIGNIFICADOS SUBJETIVOS

Josep Pont Vidal

Belém, Março de 2010

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 262

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

A CONSTANTE DIALÉTICA ENTRE OS FENÔMENOS OBJETIVOS MATERIAIS E OS SIGNIFICADOS SUBJETIVOS¹

Josep Pont Vidal²

Resumo:

Fenômenos sociais como a violência, a pobreza e a desigualdade social são considerados nas Ciências sociais de natureza mensurável, e por tanto mensuráveis empiricamente. No entanto, toda realidade social também é socialmente construída e, portanto, tem um significado subjetivo. Este trabalho visa apenas uma aproximação epistemológica à constante dialética entre objetos materiais e os significados desta realidade subjetiva. Para as Ciências sociais, significa aprofundar conceitos ancorados nas teorias clássicas, tais como consciência e identidade.

Palavras-Chave: Violência. Pobreza. Dialética. Fenômenos sociais. Subjetividade. Resiliência. Assistente social.

Abstract:

Social phenomena with violence, poverty and social inequality are considered as measurable, in the social sciences and therefore measurable empirically. However, all social reality is socially constructed and, therefore, has a subjective meaning. This paper refers only to an epistemological approach constant dialectic between material objects and the meanings of subjective reality. For the social sciences, means further concepts anchored in classical theories, such as consciousness and identity.

Keywords: Violence. Poverty. Dialectic. Social phenomenon. Subjectivity. Resilience. Social worker.

¹ Palestra ministrada na UNAMA. Outubro, 2008.

² Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS).

1. Introdução

Este texto irá explicar minha primeira experiência acadêmica e de pesquisa, sobre como interpretei analítica e conceptual por muitos anos, os quatro temas da palestra: a categoria de violência, e os fenômenos da pobreza e da desigualdade social, e os desafios para as políticas públicas, e como são analisados na atualidade.

Quando comecei estudar e analisar estes fenômenos em diferentes universidades européias, estava convencido de que a causa da violência, a pobreza e a desigualdade, estavam apenas nas estruturas, ou seja, nas estruturas produzidas pelo sistema de produção capitalista. As teorias e conceitos utilizados em minha pesquisa e sua posterior análise baseiam-se exclusivamente sobre a concepção de um mundo material. As suposições baseiam-se na análise econômica e política do *Sistema-mundo* no sentido de teóricos como Imanuel Wallerstein e François Chesnais e do conceito de "*Tricont*" que se refere aos países da metrópole com o poder econômico, e os três continentes de baixo desenvolvimento econômico. Em sua análise Wallerstein, constata que historicamente tem existido um *centro* e uma *periferia*, o que corresponde ao modo como esta se desenvolveu e o imperialismo imposto sobre os continentes e países pertencentes à *periferia* do *Sistema-mundo*.

O *centro* e a *periferia* estão intimamente ligados ao desenvolvimento das forças produtivas, respondendo por sua vez a uma "divisão internacional do trabalho" em que os países e os recursos humanos pertencentes ao *centro* obtêm os maiores benefícios em detrimento das desiguais relações de comércio dos países e da exploração de mão de obra nos países que fazem parte da *periferia*. Esta exploração econômica é uma das causas da pobreza e da desigualdade social nos países da *periferia*. As políticas públicas e políticas sociais são apenas medidas para mitigar a situação das classes sociais mais pobres.

A interpretação sociológica é que as estruturas da sociedade capitalista, -sejam econômicas, políticas ou sociais- desenvolvidos pelo sistema hegemônico dominam a os atores, os quais são quase simples ocupantes dessas estruturas. O homem é constrangido por essas estruturas, e sua ação é quase um produto delas, incapazes de escapar desta armadilha, e com poucas habilidades para escolher seu próprio destino. Trata-se de estruturas impostas - como afirmam os representantes da escola que representa o materialismo estrutural representado por marxistas como Althusser, Poulantzas e Godelier.

Mas essa compreensão do mundo começou a mudar a partir de minha permanência no Brasil e minhas experiências humanas, sociais e políticas na região amazônica. Aqui, descobri uma nova forma de compreensão da realidade, da ação social e, finalmente, do ser humano. Não é objetivo questionar a

análise estruturalista do marxismo ou histórico a que já me referi, uma vez que eles são uma interpretação de um fato relevante de uma realidade material discriminatória, mas simplesmente de acrescentar e enriquecê-los, situando os seres humanos no centro da mudança e como um ator ativo do seu destino.

A ação humana não está determinada em grande medida apenas pelas estruturas, mas estas estão diretamente relacionadas com o pensamento na forma de conhecer-se a si mesmo e a sua própria consciência, no seu "mundo de vida" - no sentido de Jürgen Habermas. As estruturas não estão fora de nós, mas somos seus produtores, ou como argumentam Berger & Luckmann (1988) "os seres humanos somos produto e produtores dessas estruturas". Neste contexto, surge inevitavelmente a questão sociológica: de que forma surge a ordem social? O interacionismo simbólico de Berger e Luckman (1988) o interpreta como um aspecto da dinâmica interna da sociedade, "a ordem social é um produto humano, ou mais precisamente, uma permanente produção do homem" (ibidem, p.80). Questionamentos de caráter ontológico sobre a natureza do mundo material e de consciência não são exclusivos da tradição fenomenológica, mas no materialismo histórico, embora menos recorrente, também aparece o problema. Frederico Engels no *Anti-Dühring ou revolução na ciência* perguntou-se, "o mundo objetivo cria o pensamento ou é o pensamento que cria a matéria? (1967, p.387). O que nós podemos compreender da realidade social surge de forma dialética a partir dos componentes objetivos e os significados subjetivos desta realidade.

Após estas considerações iniciais analisarei os temas: violência, pobreza e desigualdade. Considero que é necessário expor uma série de premissas sobre a interpretação destes fenômenos. Não os analisarei a partir de descrições quantitativas baseadas em índices de pobreza, ou das desigualdades sociais e econômicas, tais como o Índice Desenvolvimento Humano, o rendimento *per capita*, ou o coeficiente de Gini – conhecidos e amplamente discutidos no mundo acadêmico - mas da forma como os construímos epistemologicamente, e como os analisamos.

Inicialmente proponho uma série de hipóteses e questões. Primeiro: que queremos dizer quando falamos de violência, de pobreza e de desigualdade? Segundo: no caso de violência, a causa que produz, não é apenas a pobreza, deve ser ressaltado que os estados mais pobres do Brasil, como Maranhão e Piauí, apresentam alguns dos mais baixos índices de violência, enquanto que outros estados mais ricos, tais como Rio de Janeiro e São Paulo apresentam elevados índices. No caso da violência, um dos fatores determinantes é a desigualdade social, embora diversos estudos demonstrem outros fatores. Não se pode relacionar diretamente a violência com a pobreza, visto que estaremos estigmatizando os pobres como pessoas predispostas à violência. Como se explica então que a violência em suas diversas manifestações se manifesta em todas as classes sociais e em todas as sociedades, quer sejam ricas ou pobres? Mais uma vez necessitamos de novos marcos de interpretação,

que ultrapassem as tradicionais formas de compreensão do fenômeno. Terceiro: trata-se de fenômenos apenas de natureza material e, portanto, fenômenos visíveis, ou se estes fenômenos também são previamente construídos em nossas mentes? Se aceitarmos esta hipótese, as políticas públicas e as políticas sociais constituem apenas uma parte da solução.

2. Fenômenos sociais: Violência, Pobreza e desigualdade social,

Não se pode falar sobre a violência, mas sim muitas violências, ou de violências de muitos tipos, porque na maioria dos casos, a violência não é visível, e não deixa marcas físicas nas pessoas que a sofrem. Estes tipos de violência são construídos em primeiro lugar em nossas mentes a partir de preconceitos, dominação, poder, disfunções emocionais. Desta forma, podemos falar de violência física, psicológica, política, cultural, verbal, contra mulheres e as crianças, violência institucional. Neste contexto, o *Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz* (CIIP, 2002) faz uma distinção entre violência coletiva, estatal ou institucional, estrutural, cultural e individual. A intenção não deve ser relegar para segundo plano a violência física, como evidenciada pelo elevado número de homicídios de diversos atos violentos que se observam nas grandes cidades e regiões do nosso país³ e que nos afeta no nosso cotidiano. É um tipo de violência visível tanto pelo impacto que comporta, como para a forma como é processada e apresentada pelos meios de comunicação. Este tipo de violência entre a população cria um profundo sentimento de insegurança e falta de controle policial. No entanto, conhecer esse tipo de violência, é conhecer apenas uma parte do fenômeno, uma vez que só reflete a violência visível, mostrada nas estatísticas oficiais disponíveis nos meios de comunicação.

Se a violência física pode ser analisada quantitativamente com base em estudos e estatísticas policiais, é muito mais complexa a violência contra as mulheres e as crianças, fenômenos ainda reservados na *esfera privada* ou *familiar* e, portanto, difícil de quantificar e analisar, pois ainda são poucos os estudos (Silva; Oliveira, 2008). Este fenômeno ultrapassa a questão da desigualdade social no Brasil, tornando-se uma questão que afeta todo tipo de sociedade, de forma que passou a ser considerada a partir de uma esfera puramente privada ao âmbito público. Homicídios de mulheres é apenas parte dessa violência, visto que a violência psicológica ou os casos de abuso e estupro, na maioria dos casos não são declarados. Não muito diferente é o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, também um fenômeno de difícil análise de suas causas e que, na maioria dos casos ocorre dentro da família. Em países como a Alemanha, é estimado que anualmente cerca de um milhão

³ O Brasil é considerado um dos países mais violentos do mundo. Nas últimas décadas a sociedade brasileira entrou no grupo das sociedades mais violentas do mundo com uma média de 43.000 mortes anuais por arma de fogo (dados 2008).

de crianças são violadas sexualmente. Como vemos, a "violência" manifesta-se em muitas áreas da vida diária, seja em público ou em privado.

Se esse tipo de violência é uma manifestação visível, mas ainda pouco discutida na esfera pública, existe um tipo de violência na área da linguagem, das atitudes, e que estão profundamente enraizadas na estrutura psíquica dos indivíduos, permitindo situações de opressão e de subjugação. Bourdieu refere-se a este tipo de violência como "violência simbólica". Violência simbólica passa aparentemente despercebida entre as pessoas que a sofrem, porque que "é essa violência que provoca submissões que nem sequer se percebe como tais, justificando-se em «expectativas coletivas», em crenças socialmente inculcadas" (Bourdieu, 1999, p.173). Para que a dominação simbólica funcione, é necessário que os dominados tenham incorporados as estruturas dos dominantes, e que a submissão não seja um ato de consciência suscetível de ser entendido numa lógica de constrangimento. Trata-se de um tipo de violência na qual é necessário que os dominados tenham integradas as estruturas de domínio ditadas pelo dominante. Seria o caso da importação acrítica dos padrões de comportamento e valores de outra cultura, desta forma permitindo a continuação da destruição inconsciente da cultura autóctone, ou formas de exploração em que os que a sofrem não são capazes de compreender desta forma.

Neste sentido, trata-se de um tipo de violência, atos de violência, também na simples acepção do termino. A socióloga francesa Françoise Héritier, define violência como "todo constrangimento de natureza física ou psíquica suscetível de gerar o terror, o deslocamento, a infelicidade, o sofrimento ou a morte de um ser vivo" (Héritier, 1996, p. 17). Este tipo de violência, de forma sutil penetra na mente dos seres humanos como uma imposição de um arbítrio cultural, podendo criar uma vergonha para aqueles que sofrem com isso. O oposto dessa crença é a aceitação incondicional ou cultural, que envolve recompensas sociais e cognitivas nos cenários de interação social.

Considerarei agora o fenômeno da pobreza. Embora aparentemente a pobreza se manifeste de forma material, este fenômeno é também uma construção na nossa consciência. Podemos falar apenas da pobreza material ou existem outros tipos de pobreza? Diversos autores (Sfeir-Younis, 2004) indicam que pelo menos três formas de manifestação da pobreza: a pobreza material, a pobreza política e a pobreza espiritual.

A pobreza material é a forma como se manifesta com maior visibilidade, bem como seu questionamento científico e metodológico baseados em dados empíricos quantitativos. Podemos defini-la como quando as pessoas não têm acesso aos meios materiais para sobreviver. Baseia-se na lógica da quantidade, dado que se sabe, ou se acredita que se sabem quantos são os pobres, como delimitamos a linha dos pobres dos não pobres, nós também acreditamos que conhecemos as causas

que a produzem como a concentração de renda, a formação do mercado informal de trabalho, desemprego, etc. Desta forma, poderemos identificar com precisão milimétrica o número de pobres em cada país.

Os dados empíricos são formados a partir de vários indicadores e agregados com base em tabelas de análise estatística, nesta metodologia surgem questões de caráter ontológico que necessitam se questionadas. Segundo a definição do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é definido como pobre, qualquer pessoa com um rendimento inferior a um dólar por dia. No Brasil, considera-se como pobre quem possui uma renda per capita mensal de até R\$ 120 reais. O Programa Bolsa Família estipula que as famílias pobres são aquelas com uma renda de até R\$ 120,00, enquanto os “extremamente pobres” têm um rendimento igual ou inferior a R\$ 60,00. Além disso, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) considera pobres os indivíduos com renda baixa ou inferior a meio salário mínimo, ou seja, R\$ 207,50, enquanto que a Assessoria Técnica da Presidência (2008) considera que “indigente” são as pessoas com renda *per capita* igual ou inferior a um quarto do salário mínimo, ou seja, R\$ 103,75.

Percebemos que a definição de pobreza material esta relacionada com normas de consumo da sociedade, e outras condições consideradas mínimas necessárias para uma participação digna na sociedade. Nas sociedades pobres, o nível mínimo de consumo utilizados para calcular a linha de pobreza é freqüentemente baseado nas estimativas de “hábitos sociais”⁴. Assim, para criar uma linha de pobreza que permite comparar países diferentes, o *Relatório de Desenvolvimento Mundial* de 1990, fixou a renda diária de US\$ 1,00 por pessoa como a linha de pobreza mínima. Os índices de poder de paridade de compra baseados no consumo são usados para converter o padrão de um dólar na moeda local.

A partir destes dados, podemos ver, em primeiro lugar, que não há uma ciência exata para determinar quem é pobre; e em segundo lugar, essa definição é completamente arbitrária, uma vez que uma pessoa com uma renda superior a R\$ 120,00 mensais não e considerada pobre e, portanto, não têm direito a entrar no programa Bolsa-Família, dependendo de critérios políticos; em terceiro lugar, estamos construindo com a nossa ideologia e nossa subjetividade quem é pobre e quem não é, prevalecendo a lógica da quantidade.

⁴ Desse modo, a linha de pobreza varia consideravelmente de uma sociedade a outra, tendendo a ser mais alta, quanto maior for o nível geral de bem estar material. Em uma recente pesquisa feita na Grã-Bretanha, a linha de pobreza foi definida com base na visão dos indivíduos do que seria necessário para uma vida normal. Para alguns entrevistados, as necessidades incluía banheiro, geladeira, carpetes, máquina de lavar roupa e seguro de imóvel.

A pobreza política compõe-se de um componente objetivo e um componente sobre o significado subjetivo. Uma primeira definição pode ser baseada na pessoa que não tem a liberdade de autodeterminação. Não me refiro aqui a uma política de autodeterminação política de um território ou país oprimido por uma potência estrangeira, mas este tipo de pobreza envolve dois aspectos. Por um lado, a capacidade de um indivíduo de assumir a sua responsabilidade perante os problemas sociais e, por outro lado, a ação de um governo que baseia em um discurso, e na prática é totalmente diferente.

A pobreza espiritual é também constituída por um elemento objetivo, embora o nível de subjetividade assuma um significado muito mais profundo. Subjetivamente pode-se caracterizar como a pessoa que não tem a capacidade de reencontrar-se a si mesma e no seu próprio mundo de vida. É necessário esclarecer que não se trata de um nível místico alheio à realidade deste mundo. Trata-se de espiritualidade voltada para o concreto, para o homem e sua esfera de ação para o reino desse mundo e da capacidade do homem de agir sobre ele (Martin Buber, 1982, p.12).

Finalmente, a desigualdade social é o terceiro fenômeno analisado neste texto. Entendo a desigualdade não somente como a desigualdade de renda entre os estratos sociais ou classes como indicam as estatísticas públicas, mas também outros tipos de desigualdade:

- O acesso desigual às novas tecnologias;
- A desigualdade de salários e condições de trabalho entre homens e mulheres;
- A desigualdade entre os salários recebidos pelos brancos e negros;
- A desigualdade no acesso aos bens públicos pelo simples fato de viver em um bairro ou em outro;
- A desigualdade no sistema penitenciário, a partir do seu nível;
- A desigualdade na qualidade do tratamento médico recebido.

Como vemos a maioria destas desigualdades não são apenas feitas de forma material, mas elas se constroem nas mentes e consciências dos profissionais (médicos, funcionários públicos, empresários e entidades patronais etc.).

3. A relação dialética

Surge na análise destes fenômenos a constante relação dialética entre o objetividade e a subjetividade e os significados dos fenômenos sociais. Para a academia, em geral, e na prática profissional dos Assistentes Sociais surge a questão: Como pode agir um profissional frente uma realidade complexa com um componente que inclui as significações subjetivas dos indivíduos? A

resposta a esta questão é profundamente ligada à subjetividade do pesquisador ou Assistente Social, sobre o que entende por consciência e que entende por significados da espiritualidade.

A subjetividade do Assistente Social e do pesquisador é essencial para interpretar os fenômenos estudados. Tradicionalmente, no caso da pobreza, referente ao “pobre” e à “pobreza”, esses foram tratados em parte como marginais (teorias funcionalista), ou como resultado de uma sociedade estruturada economicamente injusta, e com níveis correspondentes de dominação. O pobre, visto como um marginal, dependente e explorado, converte-se no objeto das ajudas sociais e do Assistente Social.

O documento *Ending Global Poverty: A Guide to What Works*⁵, descreve 16 armadilhas da pobreza e círculos viciosos, que mantêm as pessoas nesse estado. Este informe expõe as oito “chaves de aptidão” que ajudam as pessoas a sair da pobreza extrema. Estas chaves são: a saúde, a nutrição, o ensino básico, o crédito e os seguros, o acesso a novas tecnologias, um meio ambiente estável e não degradado, a emancipação pessoal, e o fortalecimento da comunidade com o fim de garantir uma participação efetiva no mundo. Várias destas chaves, em particular a emancipação pessoal e o fortalecimento da comunidade, refletem a importância decisiva dos direitos humanos na eliminação da pobreza extrema.

Em alguns casos, ainda segundo o documento citado, os direitos são negados aos pobres intencionalmente, como quando algum funcionário corrupto impede o acesso a um determinado serviço público sem o pagamento prévio de um suborno que não se pode permitir uma pessoa pobre. Em outros casos, os pobres carecem de direitos devido a iniquidades sistemáticas, como as leis que regulam a posse da terra e lhes impedem de serem proprietários, ou as políticas de instrução que localizam as escolas longe de suas casas. Os métodos para garantir os direitos diferem segundo cada caso, mas de qualquer maneira é essencial garanti-los para permitir às pessoas sair da pobreza.

Neste sentido, coincido com Bajoit (2004) na necessidade de aprofundar no paradigma da identidade, que ao fim e ao cabo consiste em um dos níveis do Assistente Social para realizar seu trabalho. O paradigma da “identidade” oferece a explicação desta situação. O paradigma da identidade, também denominado paradigma identitário, compreende as ações levadas a cabo pelos participantes dos Novos Movimentos Sociais, ao defender estes, em primeiro lugar, o direito de serem eles mesmos, independentemente do sistema político, econômico e social dominante. Este paradigma concebe a sociedade como um conjunto de pessoas em busca da auto-realização. Esta identidade pode ser de caráter cultural, sexual ou étnico.

⁵ Publicado pela União Europeia, 2006.

4. A prática profissional dos Assistentes Sociais

O Assistente Social tem analisado tradicionalmente o tema da pobreza a partir do sujeito pobre. A prática profissional do Assistente Social utiliza uma diferenciação de níveis para realizar suas distinções frente aos destinatários: percepção, representação, consciência e identidade. Considero que se deu muita importância aos dois primeiros níveis, relegando para segundo plano a identidade e a consciência. Propôs-se analisar neste texto a questão da pobreza a partir da ampliação e aprofundamento do nível da identidade e do conceito de “resiliência”. A exaltação dos valores da identidade e a resiliência, direcionados para a auto-organização coletiva, para que no caso de que o contrato social existente não seja respeitado e cumprido pelo poder político, esta coletividade possa organizar formas de resistência e de luta coletivas.

Segundo minha concepção, creio ser necessário analisar os conceitos de pobreza que ultrapasse o ponto de vista clássico da sociologia e da prática profissional dos Assistentes Sociais, a partir do paradigma holístico e do conceito de “resiliência”. Uma concepção das políticas sociais e públicas apoiadas neste paradigma possibilitaria elaborar estas políticas de uma forma diferente de como se realizou até agora, restaurando com este enfoque da subjetividade a dignidade dos pobres, e considerando-os como atores sociais com uma auto-estima própria, com plena capacidade para moldar e transformar sua condição. O conceito comporta a auto-estima, a capacidade de amar, capacidade de construir relações diferentes, capacidade de reenquadrar situações, mais coerência e congruência, competências cognitivas, confiança em si mesmo; dispor de projetos, pertencimento a uma rede, recursos criativos, responsabilidade, sentido do humor.

Em forma de conclusões

A pesquisa e práticas de formação da academia necessitam de conhecimento com base em dados empíricos, comporta práticas para reforçar o empoderamento da sociedade civil, o comporta também a introdução de "melhores práticas", e reforça as tendências de padronização de serviços, com a necessária compreensão de "mundos de vida e irrepetibilidade do caso.

Finalmente, na conclusão deste texto, gostaria de me referir a dois aspectos: consciência e espiritualidade. Quando falo de consciência, não me refiro aos estudos empíricos sobre as escalas de valores do homem moderno, os quais sofrem em grande parte de uma débil e precária base empírica. Também não me refiro à consciência como um agregado de elementos, normas, valores, e escala de opiniões etc. Também não entendo neste contexto a análise marxista da consciência como uma "ideologia" ou "superestrutura". Parto da premissa de que toda realidade social possui um componente

essencial da consciência, que está em uma constante dialética entre os aspectos materiais – objetivos – desta realidade e os significados e construções subjetivas desta realidade. Também não me refiro à consciência divina, ou consciência formada a partir da introspecção pessoal e no conhecimento do ser único que somos cada um de nós. Refiro-me a uma consciência, como afirmam Berger, Berger e Kellner (1979), que "está organizada de acordo com modelos que podem ser descritos de forma sistemática". Como elementos configurativos se encontram a organização do conhecimento e o estilo cognitivo.

Todo ser humano dispõe destes dois elementos que estão presentes em toda a coletividade e em toda a representação coletiva. O grau de consciência de um grupo social reflete e é o resultado da soma de cada um dos indivíduos que o compõem, como a consciência geral de um indivíduo reflete a soma dos vários níveis que constituem as consciências. Todos os seres humanos, embora sejamos *homo sapiens* no sentido de dispor de uma inteligência e em consequência de uma organização do conhecimento, nos encontramos numa conjunção entre a instabilidade, a incerteza, entre o real e imaginário, na configuração entre o objetivo e subjetivo, entre os erros e a desordem no que Edgar Morin (2001) denomina *homo demens*.

Quando, neste contexto, refiro-me à espiritualidade, não estou referindo-me a aspectos místicos distantes de realidade cotidiana deste mundo, visto que este é essencialmente uma espiritualidade em essência, mas dirigida ao concreto, que resulta do homem consciente e transmite a força necessária e capacidade de agir por si próprio. A nossa consciência e nossa espiritualidade são como crianças, pois requerem muito cuidado e dedicação. Consciência e espiritualidade baseadas no concreto deveriam resultar em uma ética do cotidiano.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária [1958], 1991.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (1988). **A Construção Social da Realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes [1988], 2003.
- BERGER, P.; BERGER, B.; KELLNER, H. **Un mundo sin hogar. Modernización y conciencia**. Santander: Sal Terrae. 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción**, Barcelona: Anagrama, 1999.
- CASTRO, Mary Garcia. (Coord.) **Cultivando vida desarmando violências. Experiências em Educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza**. Brasília: UNESCO, 2001.
- ENGELS, Frederick. **El Anti-Dühring, o “La Revolución de la ciencia” de Eugenio Dühring**. Buenos Aires: Claridad, [1978], 1967.
- HÉRITIER, Françoise. “Réflexions pour nourrir la réflexion”, in: Françoise Héritier (Org.), **De la Violence**, Paris, Odile Jacob, 1996.
- LOPES, João Teixeira. **A Cidade e a Cultura**, Porto, 2000.
- MIRANDA, L.S. Psiquiatria e Sociedade. In: **Encontro com a Civilização Brasileira**. n.27. p. 121-130. Rio de Janeiro. 1980.
- MORIN. Edgar. **La mente bien ordenada. Repensar la reforma. Reformar el pensamiento**. Barcelona: Seix Barral, [1999], 2001.
- OLIVEIRA, José Antonio “Repensando políticas públicas: por que frequentemente falhamos no planejamento? In: MATOS MARTINS, P.E.; PIERANTI, O.P. **Estado e Gestão Pública. Visões do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, p. 9-31, 2006.
- SILVA, Sueli Bulhões; DE OLIVEIRA, Antonio Carlos. “Violência domestica como tema de estudo em programas de pós-graduação no estado do Rio de Janeiro” in: **Revista Katálysis**. vol. 11, n. 2 jul/dez, p 187-195, 2008.
- SFEIR-YOUNIS, Alfredo. **Reconciliar la economía materialista con la spiritualidad: el gran desafío del nuevo milenio**. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, vol. 3 num. 08, Santiago de Chile, 2004.
- VIDAL, Josep Pont. “A realidade social e externa ao individuo? Uma aproximação a pesquisa qualitativa”. **Paper do NAEA** n. 203. Belém, UFPA/NAEA, 2007.
- VIDAL, Josep Pont. “Serviço Social: Consumidor ou produtor de conhecimentos? In: **TRILHAS**. Belém, UNAMA, p. 28-46, jan/fev. 2007.